



## **PARECER DA PROCURADORIA JURÍDICA**

### Síntese do Processo

Trata-se de parecer jurídico suscitado pelo Presidente dessa Casa de Leis, para a contratação de seguradora para efetuar renovação do seguro para Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena com cobertura mínima: incêndio, raio e explosão; danos elétricos; equipamentos eletrônicos; vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo; quebra de vidros e perda ou pagamento de aluguel locação de imóvel.

Destaca-se que processo administrativo nº 15/2024 se consolida via dispensa de licitação nº 09/2024, de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 por se tratar de valores inferiores R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), valor atualizado pelo Decreto nº 1.871/2023.

### Do plano de contratações anual - Disponibilidade e adequação orçamentária e financeira

No que concerne a fase instrutória do processo de licitação em destaque, na denominada fase preparatória, se comprova a possibilidade de contratação via dispensa de licitação para contratação de seguradora para efetuar renovação do seguro para Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena com cobertura mínima: incêndio, raio e explosão; danos elétricos; equipamentos eletrônicos; vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo; quebra de vidros e perda ou pagamento de aluguel locação de imóvel, tendo em vista estar contido no plano de contratações anual-PCA-2024.

Observa-se que na fase do PCA realizou-se o planejamento prévio, levando em consideração as necessidades e demandas para o próximo ano, pois se comprova via publicação do Plano de Contratações Anual 2024 no Diário Oficial Eletrônico do Município de Santa Helena bem como sua alteração.

Nesse sentido foi considerado a prelácia da Lei nº 14.133/2021 ao cumprir de forma categoria o plano de gerenciamento das contratações (PGC) descrevendo detalhadamente todas as etapas do processo de contratação ao longo do ano de 2024, com estratégias, metodologias, processos e ferramentas amplamente utilizadas nas fases do processo em andamento.

No que concerne a disponibilidade e adequação orçamentária e financeira, o setor contábil declarou a existência de previsão orçamentária de previsão de recursos orçamentários, para assegurar o pagamento das despesas relacionadas ao objeto



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

indicado acima, consoante da disponibilidade de dotação orçamentária para a tal finalidade.

Declara ainda, que a hodierna despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/00, precipuamente os contidos nos artigos 16 e 17, cuja a despesa não ultrapassa os limites estabelecidos para o exercício de 2024.

### Do documento de formalização de demanda - DFD

No que tange ao documento de formalização de demanda, denota-se que foi preenchido de forma correta, com extrema eficiência as diretrizes necessárias para a formação de demanda nas contratações públicas, posto que observou-se as disposições da nova Lei de Licitações e contratos administrativos, descrevendo o Requisitante/Demandante; o nome completo do órgão ou entidade demandante; contato do responsável pela demanda (nome, e-mail, telefone); descrição do objeto; justificativa, quantidade de serviço; estimativa total de preços referenciais; previsão data em que deve ser iniciada o fornecimento objeto; indicação da equipe de planejamento e responsáveis pela fiscalização, em atendimento ao princípio da segregação de funções; assinatura do responsável pela formalização da demanda e conteúdo do documento; e assinatura do Presidente de Câmara Municipal com a autorização e ratificação.

### Da pesquisa de preços de mercado

Na fase de pesquisa de preços de mercado o responsável realizou as pesquisas conforme o preconizado no artigo 23, da Lei nº 14.133/2021, buscando referências no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNPC; consultas a contratações similares de outros órgãos públicos; consulta a mídia especializada, tabela de referência, sítios eletrônicos; e pesquisa direta com fornecedores;

O valor estimado que sedimenta a aquisição/contratação foi extraído da pesquisa de preços de mercado, tem como referência o cálculo da mediana do item cotado:

Item	CATMAT/CATSER	Quantidade	Unidade e de medida	Especificação da descrição	Valor unitário	Valor total
1	906	Serviço	01	Renovação de seguro total para Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena com cobertura mínima: incêndio, raio e explosão; danos elétricos; equipamentos eletrônicos; vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo; quebra de vidros e perda ou pagamento de aluguel locação de	R\$ 2.819,00	R\$ 2.819,00



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

				imóvel, a saber:  Incêndio, raio, explosão fumaça e queda de aeronave: R\$ 2.500.000,00; Danos elétricos, curto circuito: R\$ 100.000,00; Danos externos: R\$ 100.000,00; Equipamentos eletrônicos sem cobertura de subtração: R\$ 100.000,00; Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo: R\$ 400.000,00; Quebra de vidros, espelhos, anúncios, letreiros, antenas, mármore e granitos: R\$ 60.000,00; Perda ou pagamento de aluguel locação de imóvel: 60.000,00; Classe de bônus: 11; Franquia normal; Assistência 24 horas.		
<b>Valor total estimado da contratação</b>						<b>R\$ 2.819,00</b>

### Do Estudo Técnico Preliminar –ETP

O estudo técnico preliminar é uma etapa crucial no processo de licitação, pois visa analisar e detalhar as especificações técnicas do objeto a ser licitado.

Compulsando o processo verifica-se foram observados na elaboração do estudo técnico preliminar, as informações básicas do objeto com sua descrição detalhada. A descrição foi apresentada de forma clara, precisa e abrangente, contemplando todos os requisitos técnicos e funcionais que o objeto deve atender.

Foi descrito as necessidades e expectativas da Câmara Municipal, com motivação como se observa a literalidade do texto do ETP:

*A presente contratação é motivada pela necessidade de garantir a cobertura de despesas, tendo em vista que, não se pode prever as eventualidades que possa ocorrer. Um seguro nada mais é do que a proteção contra possíveis imprevistos, e devido que estamos sujeitos a ação de intempéries que podem ocasionar danos na estrutura física e prezando pela necessidade de se manter a integridade dos bens móveis, imóveis e instalações públicas contra possíveis ocorrências de vandalismo, furtos ou roubos se faz, extremamente necessário a contratação de um seguro com coberturas para proteção do Prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena.*

*Considerando a proximidade do término da apólice do seguro predial em questão se faz necessário a contratação de seguro, uma vez que pelas atividades desenvolvidas estão suscetíveis a riscos como incêndios, furto, roubos, temporais e outros sinistros.*

*É necessária e imprescindível a contratação de uma empresa para esse fim, em face da necessidade de manter a proteção (seguro) do Edifício da Câmara Municipal.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

*Portanto, a contratação de seguro é uma medida preventiva e de proteção que deve ser tomada pelo órgão. Ela contribui para a eficiência e a economicidade da gestão pública.*

### Do Termo de Referência

No que tange ao termo de referência denota-se a descrição detalhada do objeto a ser realizado via dispensa eletrônica, incluindo suas especificações técnicas, quantidade, prazo de entrega, local de entrega, dentre outros detalhes relevantes.

Sobre a análise da habilitação do processo em destaque, foram estabelecidas as condições de habilitação para a participação no certame, com critérios objetivos que devem ser observados pelos licitantes e discorre sobre a documentação necessária para participar da dispensa eletrônica, entre os quais a habilitação jurídica e de regularidade fiscal e o atestado de capacidade.

### Da minuta do edital

Acerca da minuta do edital, denota-se que o agente de contratação elencou os elementos da fase preparatória da licitação pública, previstos no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021:

*Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.*

Destarte, a minuta do Edital estabelece a modalidade dispensa eletrônica, cujo objeto atendendo o disposto no inciso III do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.

### Da minuta do contrato

No que concerne à minuta do contrato, após análise detida de suas respectivas disposições, conclui-se estar adequado e dotado de regularidade, eis que estabelece, com clareza e precisão, as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definem os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam, cumprindo as imposições expressas ao artigo 92 da Lei nº 14.133/21 a seguir:

*'Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam: I - o objeto e seus elementos característicos; II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta; III - a legislação aplicável à*



*execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos; IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;*

*V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento; VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso; VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; IX - a matriz de risco, quando for o caso; X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso; XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso; XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento; XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso; XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo; XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso; XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta; XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento; XIX - os casos de extinção. Portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021, em especial por se tratar de objeto rotineiro, sem aferição de riscos aparentes para a Administração Pública e não se enquadrando como contratação de alto valor’.*

Nesse viés, denota-se que estão presentes na minuta do contrato, os dispositivos elencados no artigo 92 da Lei nº 14.133/21.

## Conclusão

Ante o exposto, conclui-se, que estão presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, opina e pela possibilidade da modalidade de dispensa eletrônica para contratação de seguradora para efetuar renovação do seguro para Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena com cobertura mínima: incêndio, raio e explosão; danos elétricos; equipamentos eletrônicos; vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo; quebra de vidros e perda ou pagamento de aluguel locação de imóvel.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

Ante o exposto, opina a Procuradoria Jurídica pela regularidade da modalidade adotada, visto que, até o presente momento, foram cumpridos todos os requisitos exigidos legalmente, recomendando-se a continuidade do presente processo administrativo nº 15/2024.

Santa Helena, 27 de junho de 2024.

MOISÉS LEVI GIOVANELLA  
PROCURADOR JURÍDICO  
OAB-PR Nº 35802